

LEI Nº707/2021 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre o Programa de Renegociação de dívidas intitulado “Parcele suas contas com o SAAE” que autoriza o parcelamento de débitos e vantagens.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANABUIÚ/CE, o Sr. FRANCISCO HERMES NOBRE, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com a legislação vigente, faz saber que a Câmara Municipal de Banabuiú/CE aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

CAPÍTULO I DOS CRÉDITOS E DO PARCELAMENTO

Art. 1º Fica instituído no Serviço Autônomo de Água, Esgoto de Banabuiú/CE, o programa **“Parcele suas contas com o SAAE”** para o exercício de 2021, destinado a promover a regularização de créditos do SAAE, decorrentes de débitos das faturas do abastecimento água, valores a serem ressarcidos e outros emolumentos, em razão de fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2021, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

Art. 2º O ingresso no Programa de Renegociação dar-se-á por opção do devedor.

Parágrafo único – A opção poderá ser formalizada entre o período de 1º de maio até o dia 30 de julho de 2021.

Art. 3º - A Consolidação dos débitos será por cadastro no SAAE e os juros de mora e multas, serão excluídos no percentual de 100%, para pagamento parcelado, feito no período do artigo anterior, nos seguintes condições:

I- Débitos de até R\$ 1.000,00, poderão ser parcelados em até 16 parcelas mensais iguais e sucessivas;

II- Débitos acima de R\$ 1.000,00 e até R\$ 2.000,00, poderão ser parcelados em até 20 parcelas mensais iguais e sucessivas;



III- Débitos acima de R\$ 2.000,00, poderão ser parcelados em até 40 parcelas mensais iguais e sucessivas.

Art. 4º - A opção dar-se-á mediante requerimento do devedor, em formulário próprio, instituído pelo SAAE observado o seguinte:

§1º - O devedor deverá apresentar no ato de negociação os seguintes documentos:

- a) cópia do RG e CPF
- b) documento que comprove o vínculo com o imóvel;

§2º - O terceiro que tiver interesse na quitação ou negociação de dívida, deverá comprovar, a partir de provas documentais a serem anexadas à solicitação de transferência de cadastro:

- a) qualquer espécie de direito possessório sobre o bem imóvel, inclusive mediante termo de declaração de posse a ser fornecida pelo SAAE ou contrato relativo ao uso do imóvel;
- b) Vínculo de parentesco até 2º grau, casamento ou união estável com o sujeito passivo da obrigação.

§3º - Como prova documental serão aceitos:

- a) Escritura pública do imóvel;
- b) Matrícula de registro do imóvel;
- c) Carnê do IPTU;
- d) Contrato de compra e venda particular assinado pelas partes;
- e) Declaração de posse do imóvel;
- f) Registro do INCRA em casos de imóveis rurais;
- g) Declaração/autorização em caso de espólio;
- h) Declaração fornecida pela secretaria de infraestrutura ou Secretaria de Habitação nos casos de unidades situadas em áreas com restrições para ocupação.

§4º - É imprescindível a apresentação de procuração assinada pelo sujeito passivo da obrigação caso o parcelamento seja firmado por representante ou devedor ou representante do terceiro interessado.

§5º - O devedor poderá incluir no parcelamento eventuais saldos vencidos de parcelamentos formalizados junto ao SAAE até 01/05/2021.




Art. 5º O valor da parcela estabelecida na negociação não poderá ser inferior ao equivalente a 50% do valor de uma tarifa mínima correspondente à categoria do imóvel que originou os débitos.

Art. 6º O parcelamento previsto no artigo 3º, fica condicionado ao pagamento de no mínimo 15% (quinze por cento) do total dos débitos, atualizados até a data do pedido, desde que requerido até a data de 31 de julho de 2021.

Art. 7º O restabelecimento do serviço de abastecimento de água, para o consumidor que teve o serviço suspenso em decorrência de inadimplência, ao optar pelo parcelamento nos termos do artigo 3º, durante o período do Programa de Renegociação, será executado sem a cobrança de tarifa de religação.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, aos 27 dias do mês de abril de 2021.



Francisco Hermes Nobre
Prefeito Municipal de Banabuiú

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado
do Ceará no dia 28/04/21, Edição 2638.
A verificação de autenticidade da matéria pode ser
feita informando o código identificador no site:
www.diariomunicipal.com.br/aprecel/
Cód. Identificador 40AF91E3